

Bird quer o perdão para a dívida externa

Washington — O Banco Mundial alertou ontem que o problema da dívida externa de 1,3 trilhão de dólares do Terceiro Mundo está longe de superado e conclamou os países ricos a adotar medidas rápidas para perdoar os devedores. "O ônus da dívida de um grande número de países pobres se mantém insustentavelmente alto", diz o Banco Mundial em seu relatório anual, que será divulgado hoje.

Alguns devedores de renda média, em particular na América Latina, puderam tirar vantagem do chamado Plano Brady para reduzir suas dívidas externas, diz o relatório. "Os que vieram à festa puderam se divertir", disse o economista chefe do Banco Mundial, Lawrence Summers, em coletiva à imprensa. "O problema é que, até agora, a festa foi para poucos convidados".

O Plano Brady, lançado há três anos pelo então secretário do Tesouro Norte-Americano, Nicholas Brady, só se aplica a dívidas com bancos estrangeiros e não com governos dos países ricos. Os países mais pobres, em particular os da África, têm a maior parte de suas dívidas com governos.

A Grã-Bretanha está pressionando com um plano — conhecido como "Acordo de Trinidad" — que pretende reduzir as dívidas entre governos em até dois terços. O Banco Mundial vê no plano uma possibilidade de redução efetiva das dívidas e melhores condições econômicas para muitos países.

Moratória — As duas moratórias da dívida externa declaradas pelo Brasil, para proteger suas

reservas externas e manter a estabilidade interna, tiveram o efeito oposto ao pretendido e provocaram reações da comunidade financeira internacional que apenas agravaram os desequilíbrios da economia. Esta é a conclusão de uma análise do Banco Mundial (Bird) sobre os custos e efeitos das duas suspensões de pagamento de juros aos bancos internacionais realizadas pelo País entre fevereiro e novembro de 1987, e de julho de 1989 a dezembro de 1990. Ela consta do relatório "Estatísticas da Dívida Mundial 1991-1992 — Um estudo anual sobre a dívida externa do Terceiro Mundo", divulgado ontem, em Washington.

A conclusão dos economistas do Bird não contém nenhuma revelação extraordinária para os agentes econômicos, especialmente os exportadores e importadores, que sofreram mais diretamente o efeito do curto-circuito nas relações do País com seus credores externos. No momento em que a equipe econômica empenha-se numa nova tentativa de normalização dos laços com a comunidade financeira internacional, a análise do banco oferece informações ilustrativas sobre o preço das duas confrontações que o País iniciou sem que tivesse cacife para bancar.

Os exportadores brasileiros perderam aproximadamente cinco bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 4,7 trilhões pelo câmbio comercial de sexta-feira) em empréstimos para financiar as vendas de seus produtos. Os juros do crédito remanescente saltaram da faixa de dois a três por cento para

a faixa de três a seis por cento, os prazos encolheram de 180-360 dias para 30-45 dias e os bancos abandonaram o financiamento pré-exportação e buscaram operações de menor risco. Embora seja difícil avaliar com precisão o impacto da redução das linhas de financiamento sobre o volume das exportações, os economistas do Bird afirmam que, muito provavelmente, ele foi afetado. Traduzido para a realidade, isso quer dizer que as empresas, obrigadas a gastar no financiamento de suas exportações, adiaram ou encurtaram seus investimentos.

Com o acesso as fontes oficiais e multilaterais de créditos restringidos por causa da moratória aos bancos, o Governo foi forçado a queimar as divisas que deixou de pagar aos bancos no financiamento de bens e serviços, adquiridos em cash. Por coincidência ou não, a fuga de capitais se exacerbou a partir de 1987. O impacto negativo dos atrasos de pagamentos nos fluxos de investimentos estrangeiros diretos foi substancial, informa o estudo, indicando que a retração pode ter tido, também, consequências negativas para o investimento doméstico. Embora o País tenha preservado uma posição invejável na década de 80 entre os principais beneficiários de investimentos externos (foi o terceiro, atrás do México e da China, com 16,2 bilhões de dólares — Cr\$ 15,3 trilhões), a análise do Bird informa, por exemplo, que, em 1989, as aplicações diretas do capital externo de risco no Brasil não passaram dos 500 milhões de dólares (Cr\$ 473 bilhões).